

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO PERÍODO DITATORIAL BRASILEIRO

Nome: Bruna de Oliveira ANDRADE

E-mail: bruna.oliveira.andrade@live.com

Orientador: Professor Me. David Lucio de Arruda Valverde

RESUMO: O presente trabalho visa abordar como se instaurou a Ditadura no Brasil, desde a renúncia de Jânio, a queda de Jango e a alta inflação. Após o golpe, discutiremos como se deu os atos institucionais, Comunismo, Marxismo e por fim, a relação da mesma com a Mídia em geral. Censores existiam em todos os lugares, dentro de revistas e jornais, e muitos jornalistas foram censores, assim como muitos não.

PALAVRAS-CHAVE: Censura; Democracia; Ditadura; Mídia.

ABSTRACT: This study will analyze how dictatorship got installed in Brazil, since Jânio's rejection, Jango's Downfall and the runaway inflation. After the Military Coup, we will discuss about the Atos institucionais, Communism, Marxism, and finally its's relation with the general Media. There were Censors all over the places, inside magazines and newspapers. Many journalists were censors, but others were against it.

Keywords: Dictatorship; Censorship; Democracy; Media.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo abordará de forma ampla, como a mídia foi complacente com a Ditadura militar Brasileira. Alguns jornais importantes, que se diziam contra o Regime Ditatorial,

na verdade a apoiaram, dentre eles muitos jornalistas que atuavam censurando o cinema, revistas, jornais, Tevê, Teatro, etc.

Entende-se que a verdadeira repressão estava dentro dos próprios órgãos de mídia, não fora. Muitos Comunicadores foram demitidos por serem considerados ‘influentes’ e ‘fortes’. Artigos foram censurados, pessoas foram perseguidas. A grande Mídia deliberadamente manipulava informações a seu favor, manifestando-se contra o Regime Democrático.

Como forma de problematizar o assunto, serão discutidas as formas utilizadas pelos Militares para chegar ao poder, como o uso dos Jornais impressos, como *O Jornal do Brasil*, este, que constituiu-se em um grande disseminador das propagandas a favor da Ditadura.

Tem-se claro também que certos veículos de comunicação eram beneficiados. Censores faziam com que revistas, jornais e novelas fossem rapidamente liberados. Isso demonstra que alguns importantes veículos possuíam privilégios, o que faziam com que estivessem sempre no topo do mercado editorial da época.

Como hipótese de trabalho, parte-se do princípio de que a imprensa exercia grande impacto sobre a sociedade. Seu papel era e sempre foi de grande importância.

Se os militares tomaram o poder em 1964, é porque a população de certa forma apoiou. Insatisfeita com a instabilidade política e com programas Sociais, pediram a retirada de João Goulart (Jango) do poder. Já no poder, o Brasil viu uma melhora na economia, mas vários atos institucionais impostos foram minando o sistema, dentre eles a eleição indireta e o Ai-5 (que censurava todo e qualquer meio de comunicação).

Pretende-se demonstrar como se instaurou o Regime da Ditadura e a função da imprensa em seus 21 anos de vigência, e que ela não influenciou em seu fim.

É igualmente importante também elucidar, ao contrário do que se pensa, que a grande Mídia foi ‘vítima’ da ditadura, sendo que os grandes veículos da imprensa censuravam o que fosse necessário.

Insistir no fato de que o povo tem a força para mudar e fazer acontecer, embora muitas das vezes não o saibam. Nesse caso específico, foram à luta pela democracia e pelo direito ao voto.

Pensar e repensar a atuação dos órgãos de comunicação em meio a um processo revolucionário sempre é pertinente, pois traz a tona novas perspectivas e análises

embasadas em novos olhares para antigos problemas. A revolução de 1964 bem como a ascensão ao poder das Forças Armadas no Brasil escreveram um capítulo a parte na história política do país talvez ainda não suficientemente explorado.

Como ponto de partida para o presente estudo, se desenvolverá a leitura, análise e interpretação de textos e obras relacionadas ao período.

Na sequência serão promovidas as análises e respectivas interpretações de dados tendo como base o método dialético.

Com isso, pretende-se por meio de uma análise comparativa, observar os diferentes gêneros discursivos representados pelas imagens e textos publicados na época.

O trabalho pretende interpretar, de maneira qualitativa, as variadas perspectivas da comunicação social em foco, mediante suas interações com o contexto social, histórico e cultural publicitário da época e identificando a crítica dos discursos presentes às luzes de teorias da história política, da imagem e por extensão da propaganda.

Assim, os materiais serão escolhidos, lidos, fichados, sistematizados e analisados às luzes das teorias pertinentes.

2. Mídia e Governos Autoritários

A Mídia sempre foi vista como contrária à instauração de um Regime Ditatorial no Brasil. Estudos feitos há certo tempo indicam que não foi bem assim. *No livro Cães de Guarda-Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, tem-se informações pouco divulgadas, como que, no mesmo dia do Golpe Militar, o Jornal *O Correio da Manhã* publicou um artigo pedindo a saída de João Goulart. Sabe-se que o golpe foi apoiado pela extrema Direita, que não aceitava uma economia brasileira estagnada e era desejosa da renúncia do então Presidente. Verificou-se que o Plano Trienal acabou falhando, como forma de se combater a inflação. Quando finalmente o Regime se instalou, para indicar que os Jornais estavam censurados, começaram a surgir receitas de bolo, como *no Jornal da Tarde*, e poemas de Camões, como *no Estadão*. Em outras Ditaduras, não havia nada que indicasse isso. A pergunta que fica é: Por que faziam isso? Com qual objetivo? Estariam tentando manter o Jornal ativo ou informar o que estava acontecendo? O único veículo que não era favorável ao sistema, de forma clara e inequívoca era *O Pasquim*, que teve várias tiras censuradas e posicionavam-se claramente de forma contrária ao Regime. É certo que muitos Jornalistas foram censurados, como também muitos eram censores. Outros exemplos, agora do livro 50

anos do Golpe – A Ditadura Militar no Brasil (Coleção Aventuras na História) tem-se as seguintes publicações no *Estado de S. Paulo*:

Minas desta vez está conosco... Dentro de poucas horas, essas forças não serão mais do que uma parcela mínima da incontável legião de brasileiros que anseiam por demonstrar definitivamente ao caudilho que a nação jamais se vergará às suas oposições (2014, p. 19).

O trecho, publicado no mesmo dia do Golpe, faz uma referência às tropas militares que seguem pela Via Dutra, rumo ao Rio de Janeiro, para se reunirem à ‘Coluna Tiradentes’, na divisa com Minas Gerais.

No *Jornal do Brasil*, lemos a seguinte notícia: ‘

Desde ontem se instalou no país a verdadeira legalidade. Legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares. A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado dos comunistas’. O *caudilho* seria uma referência ao atual presidente e a todos que o apoiavam (1964 p. 19-20).

Os Estados Unidos tiveram um papel fundamental no processo de instauração da Ditadura Brasileira. Era viável a saída de Goulart do poder, pois este tinha uma linha nitidamente esquerdista. A economia passou a ter maior crédito e assistência econômica e financeira após o golpe. O Jornal *The New York Times* chegou a elogiar o Governo Médici, e que guiaria o resto da América Latina.

3. Contexto Histórico: Jânio, Jango e a Situação Econômica do Brasil

Jânio Quadros renuncia ao cargo de presidente da república em 25 de Agosto de 1961, e em seu lugar assume João Goulart. O motivo dessa renúncia foi mais uma estratégia de Governo. Quadros, esquerdista, buscava criar uma situação onde ele renunciasse e o apoio popular viesse logo em seguida. Sua situação com os militares não era das melhores, pois uma vez o mesmo convidou Che Guevara, Comunista, para o Brasil, o que não foi visto com bons olhos. Sendo assim, Goulart (Vice de Jânio) assume a Presidência. Jânio Quadros não voltou, pois a população não clamou por isso. Jango só passa a ter poder de fato em 6 de janeiro de 1963, quando, em plebiscito, o presidencialismo supera o parlamentarismo. O Brasil vivia um período conturbado de inflação, que saltou de 50% para 75% (1962 e 1963) e greves duplicaram (de 154 em

1962 para 302 em 1963). Para combater essa inflação, uma das primeiras medidas do governo João Goulart foi lançar o Plano Trienal, que previa a regulamentação de alguns preços e restrições a aumentos de salários, o que desagradou trabalhadores e setores empresariais.

A população estava insatisfeita com a situação econômica do País, o que levou a classe mais conservadora a agir. Foi realizada, em 19 de março de 1964, a Marcha da Família com Deus (pela liberdade). O protesto reuniu entre 500 e 800 mil pessoas em São Paulo, com cartazes como ‘ tá chegando a hora de Jango ir embora’ e ‘vermelho bom, só batom’. Segundo palavras de Goulart:

A crise que se manifesta no País foi provocada pela minoria de privilegiados que vive de olhos voltados para o passado e teme enfrentar o luminoso futuro que se abrirá à democracia pela integração de milhões de patrícios nossos (GASPARINI.,2002, p. 61).

Antes do dia 19, houve o dia 13, onde Jango discursou na Central do Brasil, Rio de Janeiro, para aproximadamente 350 mil pessoas, durante 66 minutos. Prometia a reforma agrária e mudanças no País, como a desapropriação de terras e a encampação de todas as refinarias particulares de petróleo.

É apenas de se lamentar que parcelas ainda ponderáveis que tiveram acesso à instrução superior continuem insensíveis. São, certamente, trabalhadores, os piores surdos e os piores cegos, porque poderão ser amanhã, responsáveis, perante a História, pelo sangue brasileiro que possa ser derramado, ao pretenderem levantar obstáculos à caminhada do Brasil e à emancipação do povo brasileiro. (50 ANOS DO GOLPE, 2014, p. 09-10).

Juscelino Kubitschek discursa, pelo PSD (Partido Social Democrata), contrário a João Goulart e o Comunismo.

Queremos salvar a nação do comunismo. Repudiemos igualmente o reacionarismo intolerante baseado em falsos salvadores da democracia. O Brasil não precisa de salvadores, e sim de soluções. (50 ANOS DO GOLPE, 2014, p. 10).

4. O Golpe Militar de 1964

Um pequeno grupo armado sai de Juiz de fora, 62 horas antes do golpe (31/03/1964). Tinha em mãos uma declaração sobre a Presidência Brasileira (o governo norte-americano reconheceu a vacância e irregularidade). Com isso, tinham como compromisso devolver a democracia em até 20 meses, mas sabemos que isso durou 21 anos. Em 30 de Março de 1964, às 22 horas, Jango discursa para Sargentos e

Suboficiais. Diante dos mesmos, declara: ‘Não admitirei o golpe dos reacionários. O golpe que nós desejamos é o golpe das reformas de base, tão necessárias ao nosso País.’

O senador Ernâni do Amaral, já por dentro da situação, assistindo ao discurso ao vivo pela TV, comenta: O Jango não é mais Presidente da República. O general Olympio Mourão Filho também assiste ao discurso pela TV. Nas semanas anteriores esteve planejando a operação Popeye: marchar para o Rio de Janeiro e tomar a sede do ministério de guerra. Decide agir por conta própria e prepara um manifesto.

A nação e às forças armadas: O Sr. Presidente da República, que ostensivamente se nega a cumprir os seus deveres constitucionais, tornando-se, ele mesmo, chefe do Governo Comunista, não merece ser havido como guardião da Lei Magna. E, portanto, há de ser afastado do Poder de que abusa para, de acordo com a lei, operar-se a sua sucessão, mantida a ordem jurídica (50 ANOS DO GOLPE, 2014, p. 14).

Às 9, a polícia estatual interdita as ruas que dão acesso ao Palácio Guanabara com caminhões de lixo. Às 13h30, um manifesto feito por Castelo Branco circula pelos quartéis do Brasil.

Não é nosso intuito tramar a destituição do atual governo, nem substituí-lo por um regime de força extra constitucional. O desejo que nos anima é o do mais absoluto respeito à Ordem, à Constituição e as liberdades nela consubstanciadas. O que as forças armadas não aceitam é o jogo que se tenta pôr em prática para lançar a cizânia entre os seus componentes, solapar lhes a disciplina, destruir lhes a eficiência, aniquilá-las e, por fim, substituí-las por um arremedo de exército vermelho ou de milícia (50 ANOS DO GOLPE, 2014, p. 15).

A redação do *Jornal do Brasil* é invadida, por volta de 20h30, e as pessoas são orientadas a se retirarem. Estão armados, os quatro, com metralhadoras. No dia seguinte à tomada do Poder pelos militares, alguns protestam contra isso. Militantes de esquerda (cerca de mil) se reúnem para lutarem contra o regime autoritário, com a promessa de que receberão uma arma. Há novas manifestações em Apoio a João Goulart. 4 mil pessoas se reúnem na Cinelândia, sob forte chuva. Os mesmos pensam que o exército está do seu lado, mas isso cai por terra assim que são expulsos pelos próprios. Em 11 de Abril, com 371 votos a favor, o Congresso elege o marechal Castelo Branco Presidente da República.

A operação *Brother Sam* já estava em curso. Estava sendo planejada pelo governo norte-americano para auxiliar os militares brasileiros na tomada do poder.

Lyndon Johnson, Presidente dos EUA que assumiu após a morte de John Kennedy, estava no Brasil na manhã do golpe. Autoriza, em 20 de março, a formação de uma força naval, para intervir na crise Brasileira, se necessário. A decisão foi tomada durante uma reunião na Casa Branca. O plano estava sendo arquitetado desde 1962. Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos, se reuniu com Kennedy, para lhe informar sobre a situação econômica do Brasil, e que o exército era a única ‘solução que restava’.

Após 31 de março, é fato que os Estados Unidos deram uma atenção especial ao Brasil, como uma linha de crédito com nosso País, que ajudou e muito na economia. O Historiador Thomas Skidmore afirmou: “O governo brasileiro passou, depois de 1º de abril de 1964, a desfrutar uma cooperação muito mais ampla dos Estados Unidos no campo da assistência econômica e financeira” (50 ANOS DO GOLPE, 2014, p. 40).

No ápice da tortura da ditadura, durante os ‘anos de chumbo’(1968-1973), Richard Nixon, elogiou o governo de Médici, dizendo que o Brasil guiaria o resto da América Latina. Durante os 21 anos de ditadura Brasileira, apenas Jimmy Carter não simpatizava com o regime militar. Criticou duramente as torturas, com a seguinte declaração: “O Brasil não tem um governo democrático, é uma ditadura militar” (50 ANOS DO GOLPE, 2014, p. 41). Defensor dos direitos humanos, impediu que o Brasil comprasse tecnologia alemã para a produção de Usinas e armas nucleares. Em 1977, seus esforços caíram por terra, quando Geisel assinou com os alemães.

5. O Milagre Econômico e os Atos Institucionais

A ditadura começa a mostrar suas armas. Suspenderiam, por até 10 anos, o direito de ocupar cargos públicos, de votar e de ser eleito. Este foi o primeiro ato institucional do militares (AI -1). A partir dali, tudo seria feito indiretamente. O primeiro a ocupar o cargo foi Humberto de Alencar Castelo Branco. Torturas foram registradas e milhares de prisões foram feitas, cerca de 5 mil. Castelo Branco então baixa o AI-2 (ato institucional nº 2), determinando que processos políticos fossem julgados pela Justiça Militar. O mesmo ato institucional acabava com os partidos políticos, criando-se apenas dois: A arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Castelo Branco teve seu mandato até 1967, e era questão de tempo até colocarem outra pessoa no lugar. Com o congresso fechado, cria-se o AI- 3, que determina eleições indiretas para governador. Até o final de 1964, conhecer-se-ia o AI-4, que nada mais para a aprovação da nova constituição, pronta já há um tempo.

Foram exilados figuras como Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek tentaram medidas contra o governo militar, no segundo semestre de 1967, criando a frente Ampla. É declarada ilegal em Março de 1968. Enquanto tudo isso ocorria e o governo só baixava atos institucionais, houve grandes mudanças econômicas no cenário Brasileiro. Os ministros Roberto Campos e Otávio Bulhões (Planejamento e Fazenda) criaram planos para o controle da inflação, que chegava a 80% ao ano. Também fizeram reformas administrativa e tributária inéditas até então. Explica o economista Frederico Lustosa: “‘A dupla Campos-Bulhões unificou os impostos, o que representou mais arrecadação para o governo Federal’. Ainda nessa época, foi feito um sistema unificado de Previdência. Até 1964, quem garantia a aposentadoria dos trabalhadores eram os sindicatos. Lustosa opina que foram mudanças positivas, mas outros discordam disso. José Maurício Soares, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), diz:

Começou em 1964 a política de achatamento do salário mínimo como forma de conter a inflação, segurando a emissão de dinheiro. A concentração de renda, um dos maiores problemas do Brasil Hoje, também teve início aí, com os empresários e investidores das bolsas ganhando mais, pois o país crescia, e os trabalhadores ganhando menos (50 ANOS DO GOLPE, 2014, p. 52).

O A1-5 foi decretado em 1968, e o parlamento fechado. O congresso mal funcionava, já que haviam apenas dois partidos políticos. O ato institucional número 5 (A1-5), aprovado pelo Conselho de Segurança Nacional em 13 de Dezembro de 1968 e comandado pelo Marechal Costa e Silva, mergulhou o Brasil em trevas. A liberdade estava oficialmente extinta. Toda e qualquer manifestação contrária ao regime seria duramente reprimida, fossem elas passeatas ou manifestações culturais. Estudantes seriam mortos e teatros invadidos. O A1-5 foi a maneira de o governo mostrar que não cederia às pressões da esquerda armada e pela democratização do País. Para quem já vivia dentro de uma repressão, esse ato apenas foi uma licença para matar, uma ampliação do que já estava sendo feito.

6. Comunismo E Marxismo

Não podemos falar do golpe sem falarmos sobre Comunismo e Marxismo. Acredita-se que o Comunismo surgiu do pensamento e reflexão de dois filósofos alemães do século XIX: Karl Marx e Friedrich Engels. Podemos ver o Comunismo sobre outra ótica: A Social. Buscava acabar com todas as desigualdades sociais, onde a igualdade de salário e oportunidades

acabaria com a fome, miséria e guerras. Um grande exemplo disso foi Che Guevara, um dos maiores nomes da revolução cubana. Bebeu da mesma fonte de ideias de que os filósofos. Socialista, lutava não apenas por uma América e Cuba, mas pelos problemas do Mundo em geral. Para ele, era necessária uma revolução Cultural e a construção de um novo Homem.

"Marx pensava na liberação do homem e via o comunismo (como a solução das contradições que produziram a sua alienação) como um ato consciente. Vale dizer que não se pode ver o comunismo meramente como o resultado de contradições de classes em uma sociedade altamente desenvolvida; o homem é o ator consciente da história. Sem esta consciência, que engloba a consciência do ser social, não pode haver comunismo". (Che Guevara). O Marxismo nada mais é que um conjunto de ideias de Marx. Em ‘O manifesto Comunista’, juntamente com Engels, discutem a opressão e os privilégios da burguesia desde a época do feudalismo. Nele, falam sobre como sempre houve oprimidos socialmente. Tem aqueles que trabalham e fazem a economia girar e aqueles que teoricamente detêm tudo e mandam nessa maioria.

A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado. Criticam duramente a sociedade burguesia por explorar os trabalhadores. Ganhavam apenas para o acúmulo. O lucro era o único que importava. Já na sociedade comunista, o trabalho enobrecia e enriquecia. Na sociedade burguesa, o passado domina o presente; na sociedade comunista é o presente que domina o passado. Na sociedade burguesa, o capital é independente e pessoal, ao passo que o indivíduo que trabalha não tem nem independência nem personalidade. A abolição de semelhante estado de coisas que a burguesia verbera como a abolição da individualidade e da liberdade. E com razão. Porque se trata efetivamente de abolir a individualidade burguesa, a independência burguesa, a liberdade burguesa? Em Com efeito, se abstrairmos do seu valor-de-uso, abstraímos também de todos os elementos materiais e formais que lhe conferem esse valor. Já não é, por exemplo, mesa, casa, fio, ou qualquer outro objecto útil; já não é também o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, de qualquer trabalho produtivo determinado (MANIFESTO COMUNISTA, 1848, p. 02-10).

Aqui, claramente temos a valorização da mão de obra do trabalhador. Segundo o Autor, coisas são coisas, e o trabalho humano tem um valor inestimável. As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores-de-uso ou de objectos-mercadorias, tais como ferro, tecido, lã, etc. É essa, precisamente, a sua forma natural. Todavia, só são mercadorias na medida em que se apresentam sob um duplo aspecto: como objectos de uso e como suportes de valor. Um produto só tem valor Caso esteja em sua forma original ou sirva

para alguma coisa. Exemplo: com madeira, fazemos diversas coisas, como móveis e até papel. Enquanto valores, todas as mercadorias são expressão igual de uma mesma unidade, o trabalho humano, substituíveis umas pelas outras. Uma mercadoria é, por conseguinte, permutável por uma outra mercadoria, desde que possua uma forma que a faça aparecer como valor. Toda mercadoria é substituível por outra, inclusive o trabalho humano.

7. O Poder da Propaganda

Sabemos que, na história, o uso da propaganda e da retórica sempre estiveram presentes. Hitler ‘conquistou’ a simpatia de muitos através da grande propaganda nazista que teve e sua capacidade de retórica. Falava muito bem. O mesmo aconteceu no Brasil. Na ditadura, a propaganda contra e a favor da mesma. Em Abril de 1975, por um breve período, o *Jornal O pasquim* lançava sua edição de número 300, notificando que o jornal estava livre de censura. *O pasquim* era o único jornal que não tinha ‘papas na língua’ e mostrava, com charges, a dura e crua realidade da ditadura. Era muito perseguido e não havia muitos patrocinadores dispostos a cobri-lo. Por atitudes do jornal, a censura voltou a circular no Rio. Millôr Fernandes e Ziraldo eram os cartunistas do *Pasquim*. Quando souberam sobre disso, da volta da censura, Ziraldo escreveu uma carta para o ministro da justiça do governo. Nela, havia uma assinatura de Ziraldo e uma pessoa se afogando com a palavra ‘help’. Apesar de tudo, *O pasquim* era um jornal muito polêmico. A seguir, algumas charges.



Figura 1. Fonte: http://caminhos-historia.blogspot.com.br/2012_03_01_archive.html



Figura 2. Fonte: <https://jornalismoibmec.wordpress.com/2014/05/31/a-censura-no-periodo-da-ditadura-militar/>



Figura 3. Fonte: <http://www.memorialdademocracia.com.br/resistencia-cultural/caricatura>

O 'Dr. Romão', cujo nome é Hélio Romão Damaso Segundo, era o Chefe de serviço de informação do gabinete (Sigab), órgão subordinado ao ministro da justiça que realizava a censura pós-1964. Essa primeira 'liberdade' concedida ao *Pasquim* era como um presente 'velado', ou seja publicavam o que convinha. Essa autocensura, após certo período, estava dentro das próprias redações. Os próprios donos de jornais (ou censores do estado) rasuravam à caneta vermelha o texto impresso. Alguns grupos defendiam que para a censura do jornal não era mais necessária a presença de um censor.

Após essa edição de nº 300, o *Pasquim* inicia uma nova fase, calculista e promotor de campanhas políticas, personificada por Ziraldo, já que Millôr havia abandonado o jornal.



Figura 4. Fonte: <http://www.livreimprensa.com.br/pasquim-imprensa-nanica/pasquim-lula/>

Jarbas Passarinho, ex-ministro, afirmou que a imprensa não sofreu repressão até o A1-5 em 1968, mas podemos ver claramente que ele está errado. O *correio da manhã*, nos dias 31 de março e 1º de Abril, apresentava os títulos *Basta e Fora*, já mostrando os claros sinais da repressão. Toda essa liberdade que Jarbas cita não impediu que algumas publicações, como o *Pif-paf* fechassem após o golpe, mesmo vendendo cerca de 40 mil exemplares e tendo figuras influentes a defendendo.

(...) quem avisa amigo é... Se o governo continuar deixando Que certos jornalistas falem em eleições; se o governo Continuar deixando que certos jornais façam restrições à sua Política financeira; se o governo continuar deixando que Alguns políticos teimem em manter suas candidaturas; se o Governo continuar deixando que algumas pessoas pensem Por suas próprias cabeças; e, sobretudo, se o governo Continuar deixando que circule esta revista, com toda sua Irreverência e crítica, dentro em breve estaremos caindo Numa democracia'. (FERNANDES, 2004, p. 22).

Em resumo, nem todos os jornalistas foram complacentes com a Ditadura. Alguns lutaram contra o regime ante e pós 1964. O mesmo dizemos dos donos de revistas e jornais. Alguns colaboraram, outros rechaçaram o Militarismo instaurado no Brasil.

De acordo com documentos analisados, há semelhanças e diferenças entre a censura do DIP no Estado Novo (1937-1945) e a censura do Sigab, principalmente no pós-1964. Percebemos que Jornalistas trabalharam como censores em uma dessas duas épocas. Trocaram as redações pelos Órgãos censores. Um exemplo claro disso foi o *Estado de S. Paulo*. Antes da liberação do A1-5, esteve sobre censura prévia, mas depois, havia um censor dentro da própria redação. Isso significa que todos sabiam o que estava acontecendo. Tudo isso, principalmente com o desenvolvimento dessas empresas, fez com que surgisse um jornalismo menos ‘literato’.

Fosse para o bem ou para o mal, jornalistas tinha o poder de ‘transmitir a verdade’.

8. Censura na Nova República?

O DCDP (Divisão de censura de diversões públicas) oficializou-se em 1972, subordinada ao departamento de polícia federal do ministério da justiça. A censura de revistas, jornais e TV já era uma realidade com o golpe. Agora, toda música, filme e peça de teatro precisaria de aprovação para circular no país. O DCDP era o órgão responsável por fornecer laudos sobre todas as atividades culturais. Percebemos que houve certa discrepância entre a diretora de censura, Solange Hernandez (que assumiu posteriormente após a morte de Madeira) e os censores em geral. Sua gestão foi considerada um retrocesso. Um exemplo disso foi a censura do filme *Pra frente, Brasil*, de Roberto Farias. O mesmo já havia sido aprovado pelos censores. Finalmente, o filme chega às salas de cinema após a copa de 1982. Apesar desses vestígios de retrocesso e a resistência mostrada pelo governo de Figueiredo, a frustração causada pelas *Diretas Já* iniciava um novo caminho para a democracia brasileira. A ‘vitória’ de Tancredo no colégio eleitoral já era um grande começo. Teríamos um civil na presidência após 20 anos. Na nova república, o decreto nº 20.493/46 (que dava o poder ao DCDP) não perdeu a vigência, mesmo com o decreto oficial do seu fim. Para sermos um País Democrático (e não ilusório), faltava muito. Ocorreu um ato público pelo fim da censura no Teatro Casa Grande, em Julho de 1985.

Ninguém queria assumir mais essa tarefa. Rejeitada pelo Ministério da Educação e Cultura e da Justiça, os ministros dessa época estavam ocupados com outros assuntos,

ou ser censor não seria bom para a função que desempenhava. Assim, censura e Ditadura foram dois assuntos que deixaram de circular no ambiente brasileiro (mas claro não esquecido). A grande questão era pra onde deslocar os censores restantes, lá nos anos 1980.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos atualmente no Brasil uma situação econômica parecida com a presenciada antes de 1964. Inflação Alta, falta de emprego, insatisfação popular.

As manifestações ocorridas no país a partir de 2013 foram o estopim para um momento de reflexão acerca de todo o processo político que hoje afeta a nação.

A partir disso, a população percebeu que podia sim reclamar do que não estava bom e claro, exigir o que quer que fosse.

Alguns setores inclusive acabaram suscitando a volta da Ditadura Militar, como um meio para coibir abusos e desmandos administrativos de toda ordem.

Contudo, após o desenvolvimento desse trabalho, percebe-se que o Regime Ditatorial em vários aspectos, foi bastante prejudicial ao país. A liberdade foi sendo tirada aos poucos, e toda a credibilidade no Estado Democrático de Direito passou a ser questionada. Se as manifestações populares, em meio à realização da Copa do mundo surtirão efeito apenas o futuro revelará.

O Brasil aos poucos passou a reaprender a se manifestar e mesmo em momentos de profunda desconfiança dos governantes, dificilmente a democracia receberá outro golpe que colocará de lado, garantias existenciais bem como a dignidade da pessoa humana, tão comum em momentos de cerceamento das liberdades individuais.

O pedido de *Impeachment* elaborado pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reali Júnior foi acolhido pelo Presidente da Câmara dos Deputados em 02 de Dezembro de 2015 revela o grau de instabilidade política pela qual passa o país neste momento.

Este fato pode representar um novo marco da participação popular no Brasil, ou não. O futuro, tal como o passado, não se repete de uma forma simples ou ingênua, mas parece pertencer a um ciclo, que se renova a cada geração cercada por crenças, esperanças e sólidas certezas de um país que precisa se (re) construir a cada nova geração.

A certeza que fica é que nos dias atuais, com a veiculação de notícias por meio das modernas tecnologias virtuais criam-se novos paradigmas de análise, Estes, precisam

ser focados na simultaneidade das notícias, na força da representatividade popular e na angústia por dias, semanas, meses e “mandatos governamentais”, necessariamente mais bem sucedidos, tanto na escala Municipal, Estadual quanto Federal .

10. Referências Bibliográficas

CONY, Carlos Heitor. **O Ato e o Fato**. São Paulo: Saraiva, 2014.

50 anos do golpe: **A Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Editora Abril, 2014.

DREIFUSS , René Armand. **1964: a Conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FERNANDES Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FERREIRA, Jorge; Angela de Castro Gomes. **1964: O Golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2014.

GASPARINI, Elio. **A ditadura envergonhada, vol. 1 As ilusões armadas**. São Paulo: Cia das letras, 2002.

KUSHNIR, beatriz. **Cães de Guarda- Jornalistas e Censores: do Ai-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Bomtempo, 2004.

MARK, Karl. **O capital, Livro 1, Volume 1**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SCHRODER, kim. VESTERGAARD, Torben. **A linguagem da propaganda**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SKIDMORE . Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.